6.04.99 - Arquitetura e Urbanismo.

# OBSERVAÇÃO E MONTAGEM DE VÍDEOS SOBRE OS DIREITOS NOS TERRITÓRIOS DA POBREZA

Gustavo Almeida Matos<sup>1</sup> Débora de Barros Cavalcanti Fonseca<sup>2</sup>

Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL)
Professora da FAU-UFAL / Orientadora

#### Resumo

O presente trabalho propõe uma observação dos territórios de pobreza da cidade de Maceió, fundamentado em um estudo temporal do cotidiano de moradores de assentamentos e baseado na tese de doutorado desenvolvida em 2003 pela professora orientadora Débora de Barros Fonseca Cavalcanti, que tem como base as histórias de vida de moradores de três assentamentos precários. A proposta do plano era levantar as características sociais, econômicas, culturais e espaciais do assentamento no decorrer de 14 anos através de uma série de vídeos sobre o cotidiano dos moradores em busca dos seus direitos nos territórios da pobreza. O objetivo foi identificar 75 moradores entrevistados, 37 planejadores e 7 profissionais do urbano e marcar 21 entrevistas com os referidos moradores, traçar um perfil social dos moradores e do ambiente onde residem, permitindo a proposição de um conjunto de estratégias para identificar e estabelecer um diálogo e produzir os vídeos.

Palavras-chave: Pobreza Urbana; Política Urbana; Direito à Cidade

Trabalho selecionado para a JNIC: UFAL – Universidade Federal de Alagoas

### Introdução

A história do Brasil é marcada por políticas públicas voltadas aos interesses privados, acompanhadas por resistência social. O crescimento econômico do país e políticas mais redistributivas permitiram avanços sociais que afetaram a vida da parcela mais pobre da população. Com o fim do Lulismo, que perdurou entre 2003 a 2010, e a eleição de sua sucessora Dilma Rousseff, o estado viveu a crise econômica e política de 2014, com o impeachment da Presidenta da República.

O contexto que se instalou no país após a posse de Michel Temer e a tomada de medidas impopulares como o desmanche da CLT (Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017) e a proposta do teto nos gastos públicos (PEC 241), limitando o investimento em saúde, educação e segurança, agravou a instabilidade econômica, afetando majoritariamente a parcela mais pobre da população.

Após entender a transição política, econômica e social no país ao longo de 14 anos e com a proposta de retomar o contato com os moradores originalmente entrevistados passou-se e analisar as mudanças nas suas vidas, para poder entender e atualizar as abordagens sociais e políticas, conceitos e problemas urbanos que ainda são presentes no cotidiano de residentes de comunidades e assentamentos vulneráveis.

A proposta do trabalho foi levantar as características sociais, econômicas, culturais e espaciais do assentamento no decorrer de 14 anos através de uma série de vídeos sobre o cotidiano dos moradores em busca dos seus direitos nos territórios da pobreza. O objetivo foi identificar 75 moradores entrevistados, 37 planejadores e 7 profissionais do urbano e marcar 21 entrevistas com os referidos moradores, traçar um perfil social dos moradores e do ambiente onde residem, permitindo a proposição de um conjunto de estratégias para identificar e estabelecer um diálogo e produzir os vídeos. Este projeto, portanto, busca desenvolver um método para entender e analisar a vida das pessoas mais pobres e perceber como períodos e decisões políticas os afetam.

## Metodologia

A pesquisa foi dividida em cinco etapas. A primeira foi o levantamento e análise dos dados obtidos a partir da tese. Após o termino da análise, foi traçado um perfil social dos moradores e do ambiente onde residem, permitindo a proposição de um conjunto de estratégias para identificar e estabelecer um diálogo com eles.

A segunda etapa refere-se ao contato com a União de Movimento de Moradia em Alagoas (UMM-AL), que foi responsável pela luta social e política na construção de conjuntos habitacionais, para abrigar moradores de favelas. Por intermédio de líderes comunitários foi possível identificar o local de residência dos entrevistados pois os moradores da Cidade de Lona foram alojados em casas no Cidade Sorriso I e II, enquanto os moradores do Conjunto Denisson Menezes e Vila Emater II, permaneceram em parte no mesmo espaço.

Na terceira etapa, por motivos de segurança, foi preciso visitar os conjuntos habitacionais com acompanhamento de um líder comunitário, que auxiliou na identificação dos moradores que ainda residiam na área, através de consulta com a população local e cadastramento feito no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

A quarta etapa do projeto consistiu em identificar os ex-moradores. Após produzir uma relação prévia dos que ainda residiam no conjunto, estabeleceu-se um contato com esses moradores por meio de conversas

sobre suas histórias de vida, conferindo a disponibilidade e interesse em refazer as entrevistas 14 anos depois.

A quinta etapa foi a produção audiovisual. A partir do diálogo com cada entrevistado foi possível tratar de temas de destaque na sua trajetória de vida. Ao introduzir o diálogo, as pessoas desenvolveram seus depoimentos, com poucas necessidades de direcionamento na fala durante as gravações. Os vídeos foram feitos com o acompanhamento da orientadora, após o término da entrevista realizada por ela.

### Resultados e Discussão

A partir da produção dos vídeos, do diálogo com os moradores e da leitura das entrevistas, foram desenvolvidos questionamentos e discussões sobre a vida dentro dos conjuntos habitacionais.

O papel da mulher como gestora do lar e a luta contra misoginia e machismo apareceu em destaque. Foi constatado que a mulher dentro da comunidade tem um papel muito maior do que cuidar financeiramente do lar e dos filhos. Devido à violência doméstica e ao abandono dos maridos, elas assumem um papel majoritário na criação dos filhos, sendo responsável pela educação das crianças. O papel feminino está presente em grande maioria nos espaços de luta social perante a associação e os movimentos de moradia. A saúde é um aspecto que se mostrou crítico, devido a traumas recorrentes na vida dessas pessoas, como óbito de filhos e familiares, trabalhos pesados sem remuneração, fome, desemprego, falta de perspectiva de vida, violência etc., observou-se o uso massivo de remédios antidepressivos e ansiolíticos.

O papel da associação nos dias atuais e a não credibilidade dos movimentos sociais e da política se manifestou. Após a realização das entrevistas, verificou-se que, depois da entrega das casas, os movimentos de moradia perdem a força dentro dos conjuntos. Os moradores se acomodam e vão viver suas vidas, gerando um enfraquecimento no papel da associação.

Foi muito questionada a função do líder da associação de moradores, devido a apatia e a falta de comprometimento. Por conta disso, a população não se mobiliza para produzir eventos comunitários para integração das pessoas e ações positivas para o desenvolvimento do conjunto, tais como horta comunitária, datas comemorativas, busca de oportunidades de emprego etc.

A questão política foi notável nos relatos pessoais. Os moradores, mesmo sem vínculos políticos, têm suas intenções de voto fortemente ligadas à figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo eles, durante seus governos, foi possível criar os filhos, havia oferta de empregos, seus familiares conseguiam trabalhar e estudar, e as medidas afirmativas, como bolsa família e fome zero, ajudaram a pôr alimento nas casas

A violência e o papel repressivo da polícia veio à tona. A violência foi o tema mais citado entre os entrevistados. O tráfico de drogas está instalado em todos os conjuntos, se responsabilizando pela sua segurança e das pessoas que ali residem. No caso de problemas, não é permitido chamar a polícia, pois o traficante da área resolve sem causar constrangimentos ou medo. Ao questionar sobre o papel da polícia, foi nítida uma completa aversão às ações da Polícia Militar, que aborda os moradores com violência física e moral. Para as pessoas, o tráfico age de forma mais segura e confiável do que a polícia. Este ponto de vista deixa claro um completo desvio de valores e deflagra um problema com a ação da polícia, que perde seu papel de proteção social e se torna repressora. Além da violência relacionada ao tráfico, foram relatados muitos casos de violência doméstica entre vizinhos (onde as mulheres correm risco de vida) causada pelo machismo, o qual, atrelado ao alcoolismo, é um potencial causador de tragédias. Em alguns casos particulares onde houve assassinato na família, a ação foi motivada por vingança, uso de drogas e participação no tráfico.

A falta de infraestrutura e manutenção dos equipamentos públicos é gritante. Os espaços de uso comum estão degradados, os conjuntos habitacionais que possuem praças e espaços comuns, após poucos anos de sua construção, apresentam áreas deterioradas, com risco de acidentes. O calçamento precário acaba se tornando um transtorno na vida das pessoas, além da poeira que entra nas casas, causando doenças respiratórias e a presença de adoecimento por ausência de higiene básica. Os postos de saúde mais próximos se encontram sem remédios e médicos, obrigando os moradores a ficarem meses na fila para fazer um exame de sangue, por exemplo.

A falta de emprego e a abertura do trabalho informal para sustento de famílias são aspectos determinantes. A escassez de emprego regularizado é um tema recorrente nos assuntos tratados pelos entrevistados. Este problema, que afeta o país inteiro, é um gerador de pobreza e desigualdades causado, na maioria das vezes, pelo preconceito do contratante, o que acaba por influenciar o indivíduo na participação no tráfico de drogas. A partir do momento em que não há emprego, eles se submetem a trabalhos informais de cunho criminoso, como a associação ao tráfico. A economia do país reflete diretamente na rotina na comunidade, o reflexo do enfraquecimento da construção civil retira o sustento de muitos indivíduos pobres que vivem como serventes de pedreiro. Devido à distância dos centros e polos de trabalho, a questão da mobilidade entre moradia e trabalho é outro gerador de desemprego.

O papel do arquiteto na construção de habitação digna é incipiente. Foi constatado que não há acesso profissionais da construção civil por parte dos moradores de conjuntos habitacionais e os recursos financeiros para ampliação e reforma das residências são mal gastos. Eventualmente, com o apoio técnico de um profissional, a moradia poderia ser de melhor qualidade, menor custo e mais facilmente executada.

Aconteceram algumas dificuldades para realização dos vídeos e entrevistas. Durante a realização do Plano de Trabalho, algumas dificuldades foram enfrentadas, como a não disponibilidade de carros de particulares como Uber ou táxi para entrar no conjunto. Devido ao estereótipo, nenhum profissional se propôs a entrar no conjunto, e por isso o acesso foi a pé, acompanhado de um líder da associação. No levantamento feito nos conjuntos Cidade Sorriso I e II, Denisson Menezes e Vila Emater II, concluiu-se que, dos 75

entrevistados, apenas 19 ainda residem lá, 38 se mudaram e 19 faleceram. O risco de assalto nos arredores e dentro da comunidade, dependendo do horário, foi outro obstáculo. Nesse caso, é importante salientar que tais riscos são cotidianos. Houve também dificuldade para transportar os aparelhos para o registro em vídeo, sendo preciso recorrer a meios de transporte particulares.

Não foi possível entrevistar as 21 pessoas propostas no Plano de Trabalho devido ao número restrito de moradores que ainda permanecem no conjunto habitacional e a pouca disponibilidade dos membros da comunidade para participar dos vídeos, devido ao medo da exposição de opiniões. O reconhecimento e localização dos 37 planejadores e 7 profissionais do urbano foi feito pela orientadora, em virtude do anonimato pedido por eles na tese.

### Conclusões

A presente pesquisa ajuda na compreensão do ambiente físico das comunidades, levando em consideração as características do local, a população que reside e a relação da comunidade com o centro da cidade. A população é receptiva, facilitando a abordagem e, na maioria dos casos; as perguntas foram respondidas com clareza. Durante o estudo, a convivência com os residentes ajudou no entendimento da dinâmica da comunidade sob o ponto de vista do morador, tornando possível a distinção das visões do morador e do pesquisador.

A permanência em assentamentos precários é baixa. Devido à falta de segurança, de serviços de saúde, oferta de empregos e educação, as pessoas tendem a mudar de bairro e cidade por causa disso. As questões de segurança são tratadas pelos mandantes do tráfico, protegendo os habitantes do conjunto e tomando o papel de protetor social. A polícia, por sua vez, assume o papel repressor.

O enfraquecimento da associação de moradores é uma regressão na luta social para melhoria dos conjuntos, já que se configura como a melhor forma de representação perante os órgãos públicos. A ausência de atividades coletivas enfraquece os laços sociais, atrapalhando o desenvolvimento de propostas afirmativas dentro da comunidade.

Direitos básicos não têm sido respeitados pelos administradores públicos, que permitem que seres humanos vivam em condição sub-humana, morando em barracos de lona e passando por riscos de vida constantemente, sem direito a saúde, educação, moradia, transporte e segurança.

As situações traumáticas das mulheres, envolvendo violência doméstica, preconceito, misoginia, machismo, óbitos de familiares etc. são normais nesses ambientes. Assim, a população feminina fica cada vez mais doente e o uso de remédios antidepressivos torna-se natural.

Diante disso, conclui-se que são necessárias políticas públicas para humanização dos conjuntos habitacionais, desenvolvendo o respeito à população e fortalecendo a associação com atividades comunitárias. O policiamento precisa ser preparado para proteger a parcela mais pobre que depende do Estado para serviços públicos. Os estereótipos sociais envolvendo pessoas que residem em conjuntos são excludentes e as impedem de conseguir trabalho, favorecendo o acesso ao tráfico de drogas, como obtenção de recursos para sobreviver. A atuação dos profissionais na área é necessária para entendimento da cidade, pois a boa gestão urbana precisa chegar a todos os âmbitos sociais, independente da condição social e financeira do morador.

Produzir conteúdo midiático nos conjuntos habitacionais é um grande desafio. O medo da exposição, devido às questões de segurança e a timidez são fatores responsáveis pelas dificuldades de se realizar uma filmagem. O número de pessoas disponíveis a falar a realidade do lugar não é exposto em frente as câmeras com facilidade. Às vezes, talvez por medo ou timidez, não conseguem desenvolver falas e argumentos que prolonguem e enriqueçam a produção áudio visual. Conclui-se, assim, que a questão do registro visual é complexa, devido aos diversos fatores ali presentes, que podem resultar em um risco de vida para o entrevistado e também emocional, devido ao conteúdo exposto. Assim, foi utilizado apenas o gravador de voz, apresentando resultados satisfatórios com relação ao conteúdo apresentado pelos moradores e zelando pela segurança dos entrevistadores. Com isso, evitou-se o deslocamento de equipamentos de grandes dimensões e de alto valor financeiro, reduzindo-se os riscos de danos para o pesquisador, já que não é morador do lugar. Mesmo com esses entraves, a pesquisa colheu informações muito fidedignas, que retratam a realidade da comunidade.

### Referências bibliográficas

CAVALCANTI, Débora de Barros. **Fighting for a Place in the City: Social Practices and State Action in Maceió**. Disponível em: <a href="http://ethos.bl.uk/OrderDetails.do?uin=uk.bl.ethos.511718">http://ethos.bl.uk/OrderDetails.do?uin=uk.bl.ethos.511718</a>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

RICCI, Rudá. **Lulismo: três discursos e um estilo**. Disponível em: <a href="https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18849/14006">https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18849/14006</a>>. Acesso em: 10 ago. 2018

PINASSI, Maria O. **O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política**. Disponível em: <a href="https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125377">https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125377</a>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161">http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161</a>. Acesso em: 12 ago. 2018.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. *et al.* **Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida.** Disponível em: <a href="http://www.habitare.org.br/arquivosconteudo/ct\_7\_cap5.pdf">http://www.habitare.org.br/arquivosconteudo/ct\_7\_cap5.pdf</a>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MINAYO, Maria C. de S. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. Disponível em: <a href="http://www.habitare.org.br/arquivosconteudo/ct\_7\_cap5.pdfhttps://www.scielosp.org/article/csp/1998.v14n1/35-42/">http://www.habitare.org.br/arquivosconteudo/ct\_7\_cap5.pdfhttps://www.scielosp.org/article/csp/1998.v14n1/35-42/</a>. Acesso em: 23 maio 2018.

KRONBAUER, José F. D.; MENEGHEL, Stela N. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro**. Disponível em: <a href="http://www.habitare.org.br/arquivosconteudo/ct\_7\_cap5.pdfhttps://www.scielosp.org/artic">http://www.habitare.org.br/arquivosconteudo/ct\_7\_cap5.pdfhttps://www.scielosp.org/artic</a> le/csp/1998.v14n1/35-42/https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0034-89102005000500001&script=sci\_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 13 ago. 2018

RITZER, George. Sociological Theory, third edition, New York, McGraw-Hill, 1992.

ROLNIK, Raquel. **REGULAÇÃO URBANÍSTICA NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS DE UM MODELO EM CONSTRUÇÃO.** 2000. Disponível em: <a href="https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf">https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf</a>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GONÇALVES, Carlos. Regiões cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 9, n. 2, p. 371-385, 2017. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n2/2175">http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n2/2175</a> 3369-urbe-2175-3369009002AO15.pdf> Acesso em 18 jul. 2018